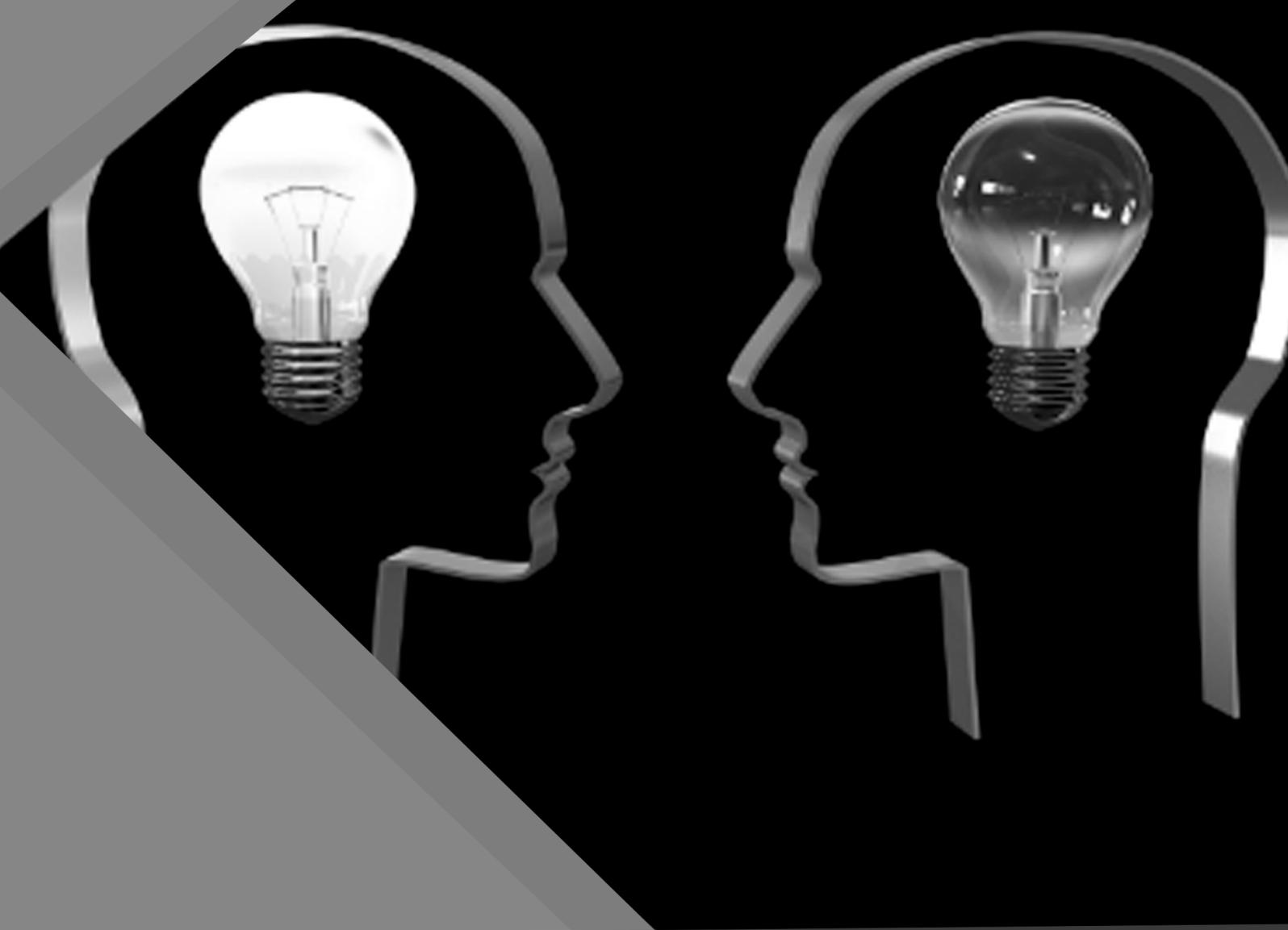




Denise Pereira
Janaína de Paula do Espírito Santo
(Organizadoras)

Discussões Interdisciplinares no Campo das Ciências Humanas 2

Atena
Editora
Ano 2020



Denise Pereira
Janaína de Paula do Espírito Santo
(Organizadoras)

Discussões Interdisciplinares no Campo das Ciências Humanas 2

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação: Natália Sandrini de Azevedo

Edição de Arte: Luiza Batista

Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense

Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa

Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará

Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá

Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima

Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões

Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros

Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice

Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense

Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins

Prof. Dr. Luis Ricardo Fernando da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão

Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará

Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste

Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador

Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Fernando José Guedes da Silva Júnior – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto

Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Prof^a Dr^a Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Prof^a Dr^a Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof^a Dr^a Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof^a Dr^a Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof^a Dr^a Andrezza Miguel da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof^a Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Prof^a Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Prof^a Dr^a Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof^a Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Prof^a Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof^a Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof^a Dr^a Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Prof^a Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof^a Ma. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco

Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
 Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
 Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
 Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
 Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
 Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
 Prof. Me. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
 Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
 Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
 Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
 Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
 Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
 Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
 Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
 Prof. Me. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
 Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
 Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
 Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
 Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

ados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
D611	<p>Discussões interdisciplinares no campo das ciências humanas 2 [recurso eletrônico] / Organizadoras Denise Pereira, Janaína de Paula do E. Santo. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.</p> <p>Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-65-5706-128-2 DOI 10.22533/at.ed.282202306</p> <p>1. Abordagem interdisciplinar do conhecimento. 2. Ciências humanas – Pesquisa – Brasil. I. Pereira, Denise. II. Santo, Janaína de Paula do E.</p> <p style="text-align: right;">CDD 300</p>
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
 Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
 contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Discussões Interdisciplinares no Campo das Ciências Humanas se constitui em uma coletânea de artigos preocupada em apresentar e discutir a miríade de possibilidades das humanidades enquanto área de conhecimento. A interdisciplinariedade tem sido uma busca e um alvo constante nas discussões da área, e do processo de ligação entre as diferentes áreas de conhecimento. Isso está presente na formação da palavra, composta pelo prefixo inter, ou seja, dentro, entre, e a palavra disciplinar, que marca, o sentido pedagógico de um campo ou de uma área de pesquisa. Reconhecer as ciências humanas como um espaço plural e em constante diálogo tem sido um dos desafios dos últimos tempos. Trata-se de um processo dinâmico, que busca a compreensão ampliada dos diferentes saberes.

Neste sentido evocamos a noção de interdisciplinaridade de Weil, D'Ambrosio e Crema (1993) que chamam a atenção para o aspecto de síntese do conceito, e a possibilidade de abarcar, em diálogo, duas ou mais disciplinas, constituindo um discurso em diferentes níveis, que são caracterizados por uma nova linguagem descritiva e novas relações estruturais, nos diversos campos científicos. Ainda neste sentido, mas em um olhar ainda mais abrangente, Lück (1999) aponta que a interdisciplinaridade é um processo que envolve a integração e o engajamento de pesquisadores, num trabalho conjunto. Essa interação visa, especialmente se contrapor à fragmentação do conhecimento em um empenho para alcançar um ambiente de saberes cidadãos, de uma visão mais ampla de mundo, do enfrentamento de problemas complexos, do conhecimento amplo como uma ferramenta de interpretação da realidade, e por consequência, da construção de amplitude nos processos de olhar o mundo.

Há que se caminhar, cada vez mais para a visão de um conhecimento circular e dinâmico, constitutivo e dialógico, de formação de sentidos para a experiência no mundo, no tempo e no espaço, que fortaleçam, demonstrem e explorem, cada dia mais, o impacto da percepção humana no processo de absorção do conhecimento (ou seja, o modo de ver, classificar e elaborar) para além da ideia de uma ferramenta de análise, mas, muito especialmente, como uma forma de estimular o pensamento. Um canal de formação de sentidos.

Esperamos que as leituras destes capítulos possam ampliar seus conhecimentos e instigar novas reflexões.

Boa leitura!

Denise Pereira

Janaína de Paula do E. Santo

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A IMPORTÂNCIA DA PESQUISA NA PRÁXIS EXTENSIONISTA – INDICADORES DE AUTOGESTÃO NA INCUBAÇÃO DO NÚCLEO DE PRODUÇÃO DA ASSOCIAÇÃO BEM DA TERRA/RS	
Tiago de Garcia Nunes Samantha Vieira Zschornack Diego Rodrigues Gonçalves Solaine Gotardo	
DOI 10.22533/at.ed.2822023061	
CAPÍTULO 2	13
CAMELÔS E PREFEITURA MUNICIPAL: TERRITORIALIDADES E CONFLITOS NO CENTRO COMERCIAL DE FEIRA DE SANTANA (BA)	
Alessandra Oliveira Teles	
DOI 10.22533/at.ed.2822023062	
CAPÍTULO 3	26
SOBRE DUALISMOS E COMPLEMENTARIDADES: NA CIÊNCIA, A FLUIDEZ EM PERSPECTIVA	
Rodrigo Dutra Gomes	
DOI 10.22533/at.ed.2822023063	
CAPÍTULO 4	45
AS CATEGORIAS: REGIÃO, COMUNIDADE E TRADICIONAL NO CONTEXTO HISTÓRICO DO GRUPO SOCIAL DE CANABRAVA	
Letícia Aparecida Rocha Edivaldo Ferreira Lopes	
DOI 10.22533/at.ed.2822023064	
CAPÍTULO 5	59
A MEDIAÇÃO COMO MÉTODO ADEQUADO DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS NA SEARA FUNDIÁRIA NA AMAZÔNIA	
Jessyca Fonseca Souza	
DOI 10.22533/at.ed.2822023065	
CAPÍTULO 6	71
A MISSÃO FRANCESA: UMA REFLEXÃO SOBRE A INFLUÊNCIA DOS <i>ANNALES</i> NO BRASIL NOS ANOS 30	
André Augusto Abreu Villela	
DOI 10.22533/at.ed.2822023066	
CAPÍTULO 7	88
A REVOLTA NOBILIÁRIA DE 1272/1273 NA CRÔNICA DE ALFONSO X, O SÁBIO	
Luiz Augusto Oliveira Ribeiro Jaime Estevão dos Reis	
DOI 10.22533/at.ed.2822023067	

CAPÍTULO 8	100
DEMOCRATIZAÇÃO DO CONHECIMENTO SOBRE ALTAS HABILIDADES/SUPERDOTAÇÃO: DIÁLOGOS EMANCIPATÓRIOS EM PODCAST E VIDEO	
Vera Borges de Sá Isabelle Barbosa da Silva Julianne Ferreira de Mendonça	
DOI 10.22533/at.ed.2822023068	
CAPÍTULO 9	111
IDENTIDADE E DIFERENÇA: NOTAS INTERDISCIPLINARES PARA A PESQUISA JUNTO AOS POVOS INDÍGENAS E COMUNIDADES QUILOMBOLAS	
Diana Cibele de Assis Ferreira Halda Simões Silva	
DOI 10.22533/at.ed.2822023069	
CAPÍTULO 10	121
POLÍTICAS PÚBLICAS NA AGENDA SOCIAL QUILOMBOLA: PERCEPÇÕES E DESAFIOS	
César Augusto Fernandes Silva	
DOI 10.22533/at.ed.28220230610	
CAPÍTULO 11	136
INVESTIGAÇÃO DO DIMORFISMO SEXUAL EM ESQUELETOS HUMANOS ATRAVÉS DA MEDIÇÃO DOS OSSOS DO QUADRIL	
Ellen Mayara Lima Silva Marcela Martins da Silva Nascimento Taciana Rocha dos Santos Carolina Peixoto Magalhães	
DOI 10.22533/at.ed.28220230611	
CAPÍTULO 12	143
O ETERNO RETORNO DOS MORTOS E DEUSES: UMA LEITURA DO CONCEITO EM <i>ARAWETÉ: OS DEUSES CANIBAI</i> S	
Maria Carolina Moreira Moracci	
DOI 10.22533/at.ed.28220230612	
CAPÍTULO 13	154
LEIBNIZ: UM HOMEM A FRENTE DE SEU TEMPO, FILÓSOFO, MATEMÁTICO E CRISTÃO ECUMENICO	
Izaías Geraldo de Andrade Maria das Dores Andrade de Barros	
DOI 10.22533/at.ed.28220230613	
CAPÍTULO 14	167
MEMÓRIA COLETIVA E A VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES	
Leila Sala Prates Ferreira Tânia Rocha Andrade Cunha	
DOI 10.22533/at.ed.28220230614	

CAPÍTULO 15	176
MIGRAÇÕES E MOBILIZAÇÃO PARA O TRABALHO NA HISTÓRIA DA MODERNIZAÇÃO	
Allan Rodrigo de Campos Silva	
DOI 10.22533/at.ed.28220230615	
CAPÍTULO 16	189
MULTIDIMENSÃO DAS DEMÊNCIAS EM IDOSOS	
Márcia de Oliveira Siqueira	
Leonardo Saraiva	
Lia Mara Wibelinger	
DOI 10.22533/at.ed.28220230616	
CAPÍTULO 17	198
OS EFEITOS DO CONSUMISMO NAS RELAÇÕES SOCIAIS: O DESCARTE DO OUTRO NA MODERNIDADE LÍQUIDA	
Matheus Luiz de Souza Céfaló	
DOI 10.22533/at.ed.28220230617	
CAPÍTULO 18	214
PARADIGMAS DE DESENVOLVIMENTO NA ERA DO NEOLIBERALISMO PROGRESSISTA: AS MUTAÇÕES DO CAPITALISMO E O PAPEL DA CRÍTICA	
Natália Sant Anna Torres	
DOI 10.22533/at.ed.28220230618	
SOBRE AS ORGANIZADORAS	227
ÍNDICE REMISSIVO	228

CAMELÔS E PREFEITURA MUNICIPAL: TERRITORIALIDADES E CONFLITOS NO CENTRO COMERCIAL DE FEIRA DE SANTANA (BA)

Data de aceite: 17/06/2020

Alessandra Oliveira Teles

aoteles@uefs.br

Universidade Estadual de Feira de Santana
Feira de Santana - BA

INTRODUÇÃO

Feira de Santana, com 556.642 habitantes - segundo o Censo Demográfico, no ano de 2010, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) - é um dos municípios do Estado da Bahia que compõem a mesorregião denominada Centro Norte Baiano. A cidade é considerada pelo IBGE (2008) uma capital regional A e dentro do estado só é menor que a capital, Salvador. A área da unidade territorial do município distribui-se por 1.396 km². Distancia-se 109 quilômetros, considerando o trajeto rodoviário, da capital.

O comércio é a atividade de maior relevância na organização espacial e socioeconômica de Feira de Santana. As relações de troca consolidam tal atividade, associada à localização estratégica da cidade promoveu o adensamento populacional de modo que o comércio informal se implantasse

e se mantivesse. O objetivo específico é debater as territorialidades constituídas pelos camelôs e a ação do poder público.

Este texto encontra-se estruturado nesta introdução, nos subitens 1, 2 e 3, os quais discutem os conceitos que embasam a pesquisa. Nos subitens 4 e 5 apresentamos os dados preliminares da pesquisa de campo onde procuramos demonstrar como a rua se estabelece como território para os camelôs; as territorialidades criadas, ao longo do trabalho deles e de que modo a gestão pública vem atuando. Também apresenta breves considerações finais e referências.

1 | ESPAÇO, TERRITÓRIO-TERRITORIALIDADE

A discussão sobre território nos leva a considerar as relações de poder - não necessariamente a do Estado enquanto gestor público - mas também, no momento contemporâneo, em que circulação e comunicação ocorrem de modo quase instantâneo, as grandes corporações promovem seu estabelecimento de forma pontual sobre os territórios que lhe interessam desregulando as fronteiras

políticas estabelecidas (ANDRADE, 1993). Nesse sentido Raffestin (1993, p. 143) descreve a formação territorial como um produto humano e que o território está contido no espaço, segundo o autor “É essencial compreender bem que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível.

Nota-se que mesmo sob um ponto de vista social o território é tornado um campo de lutas no qual acontecem “[...] por e a partir de relações de poder” (RAFFESTIN, 1993, p. 53), uma vez que cada grupo defende e deseja ver seus interesses ou necessidades realizadas. Além disso, considerando que cada momento na evolução histórica houve diferentes usos para o território, estes vão apresentar marcas e organizações particulares em consonância com as manifestações dos grupos que os constituem. Para o autor estas relações materializam o território e as diversas territorialidades, por ser o local do poder e de suas relações este se destaca principalmente quando exercido e inseparável à política, economia e cultura presentes nas redes de circulação e comunicação estudadas por ele.

Ainda segundo Raffestin, por ser um espaço transformado pelo labor o território mostra as relações de poder e domínio aludindo na consolidação de uma ou várias territorialidades que marcam o espaço a partir das atividades diárias e individualizadas promovendo a construção de malhas, nós e redes balizando campos de ação e poder repercutindo nas práticas espaciais e constituição do território.

O debate proposto por Andrade (1993) quanto ao caráter participativo da sociedade civil na consolidação do seu território a partir de elementos identitários estimula a análise de outro item diretamente relacionado ao conceito de território; na discussão sobre territorialidade, o autor escreve – mais adiante – sobre a subjetividade da atuação popular perante o território, onde destaca “Admitimos que a expressão territorialidade pode ser encarada tanto como o que se encontra no território e está sujeita à gestão do mesmo, como, ao mesmo tempo, ao processo subjetivo de conscientização da população de fazer parte de um território, de integrar ao território [...] (p. 215)

O espaço da cidade torna-se um território apropriado e utilizado de formas diferenciadas pelos variados agentes que se interessam por ele. Além disso, o território é um dos principais motivos de conflito e disputa pelos agentes envolvidos na sua dinâmica espacial. Por não ser um espaço neutro, o território apresenta uma dupla possibilidade, de um lado favorece a manipulação dos interesses dominantes e de outro, permite a manifestação de outras classes menos favorecidas seja pela falta de recursos ou poder. Santos (2006, p. 96) enfatiza que o território vai além do conjunto de sistemas, sejam naturais ou artificiais.

Segundo Haesbaert (2006, p. 121) “[...] o território é o produto de uma relação desigual de forças, envolvendo o domínio e o controle político-econômico do espaço e sua apropriação simbólica, ora conjugados e mutuamente reforçados, ora desconectados e contraditoriamente articulados”. A discussão sobre território e territorialidade aparece como conceitos de suma importância para a validação desse estudo e compreensão da realidade.

A territorialidade se concretiza associada a identidade que a sociedade cria – através de sua relação com um dado espaço – estabelecendo relações de poder, afetividade,

enraizamento e apropriação desse, de forma concreta e simbólica, mesmo com as modificações das funções firmadas em velhas estruturas.

Se o território pode ser conceituado a partir da propriedade e apropriação de um dado espaço, a territorialidade configura-se a partir dos elementos que consolidam essa definição de território através de representações materiais e imateriais onde as práticas desenvolvidas por diversos agentes sociais garantam sua permanência e utilização desse território para seus interesses (ANDRADE, 1993).

Como os agentes são diferenciados, suas representações e práticas também serão, logo, ter-se-á diferentes territórios e territorialidades sobre o espaço, formando, deformando e reformando os mesmos, sendo apropriados de forma diferenciada por cada um. Nota-se que a cada conotação política se faz presente em todas as situações, independente da visão político ou social que se tenha, pois a finalidade, em qualquer dos segmentos, é estabelecer o controle e a dominação de áreas, pessoas e recursos como afirma Sack (apud ANDRADE, 1993, p.251): “Territorialidade para os seres humanos é uma poderosa estratégia geográfica para controlar pessoas e coisas através do controle de uma área”.

O território é um entrelaçamento de forças que atuam promovendo a construção de territorialidades. Essas forças fazem parte da natureza, economia, política e cultura todas mescladas na formação do território e colaboram para sua heterogeneidade. As dimensões sociais do território - numa perspectiva integradora - proporcionam a busca pelo entendimento do território na sua totalidade, utilizando para tal a perspectiva natural, econômica, política e cultural, compreendendo esta categoria da geografia numa visão integradora.

2 ICOMÉRCIO: FORMAL E INFORMAL

O comércio é definido como troca voluntária de produtos que pode ser realizada por dois ou mais parceiros. Esta atividade relaciona-se a duas partes da economia: (a) formal, quando legalmente estabelecido, possuindo firma registrada e realizando o pagamento de impostos; e (b) informal, quando estão à margem da formalidade, sem firma registrada, pagamento de impostos ou emissão de nota fiscal.

Entende-se como comércio formal as atividades de compra e venda, legalmente estabelecidos, com firma registrada, dentro da lei e pagando impostos, além disso, seus trabalhadores contam com carteira assinada e benefícios previdenciários. O entendimento acerca do comércio formal e informal encontra-se cercado de dificuldades em defini-los, se moderno/tradicional, estruturado/ não-estruturado, formal e informal. Entra também nesse debate os quesitos relacionados a situação de emprego/desemprego, remuneração assalariada e não-assalariada, proteção previdenciária e sua ausência.

As mudanças ocorridas no setor formal são resultado da reestruturação produtiva que vem ocorrendo ao longo do tempo, mais precisamente a partir da década de 1990. Um grande número de trabalhadores, ao perderem seus postos de trabalho, passam a atuar em atividades definidas como flexíveis, temporárias, sem regulamentação ou prazos determinados e redução/ausência de direitos trabalhistas, promovendo uma condição de

instabilidade ao mesmo tempo em que se apresenta como meio imediato de sobrevivência.

Essa situação demonstra a dificuldade de delimitação do setor formal e do informal. Se tínhamos até pré-década de 1990 um setor formal, marcado pelo emprego com carteira assinada e uma série de leis de proteção e um setor informal caracterizado pela ilegalidade e à margem da legislação, pós-década de 1990 ambos apresentação precarização nas relações de trabalho e regressão na regulamentação das leis trabalhistas. Este cenário contribui para o fortalecimento da informalidade.

Ao se direcionar para as discussões relacionadas a temas da economia é possível perceber que o conceito de economia informal vem se destacando de modo crescente. É preciso considerar que tem sido agregado a esse termo uma série de acepções muito diferentes, a saber: contrato irregular de trabalhadores em diversas modalidades como temporário, doméstico, estrangeiro; trabalho sem carteira assinada; terceirização de serviços; abertura e funcionamento de microempresas; comércio de rua. Porém, apresentam um ponto em comum, no senso comum, a população entende que ao falar de economia informal está se tratando de algo que foge a legislação nos seus diversos níveis, para muitos até beirando a marginalidade.

Segundo a Organização Internacional do Trabalho, o termo trabalho informal aparece em seus estudos desde 1972, em seus relatórios para o Programa Mundial de Emprego. Com enfoque para os países da África, sobretudo Quênia e Gana, porém o Brasil também tem sérios problemas, uma vez que a excessiva carga tributária e a lei trabalhista dificultam a formalização do trabalho.

O entendimento do Governo Federal sobre a formalização tem se mostrado tão legítimo que foi elaborada a Lei Complementar nº 128, de 19 de dezembro de 2008, criando “[...] condições especiais para que trabalhadores informais do todo Brasil possam se legalizar como Microempreendedor Individual (MEI)”. (SEBRAE, 2014, s. p). Através do site do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) o indivíduo encontra um roteiro que explica passo a passo como proceder para a abertura de uma empresa, além de ter uma série de outras informações que esclarecem as dúvidas sobre as atividades, benefícios e regulação para quem deseja se tornar um MEI ou precisa fazer a transição para microempresa.

Com esse cenário, no caso brasileiro, e em particular Feira de Santana, o trabalho informal concentra-se na atividade comercial. Como forma mais simples, e de certo modo, honesta, muitos trabalhadores optaram por tornarem-se trabalhadores na rua, pois apesar de não encontrarem-se legalmente estabelecidos conseguem sobreviver. As mudanças que se estabeleceram a partir da reestruturação produtiva em função das novas atividades – como da indústria – estabelecem um novo perfil para o trabalhador, atingindo, sobretudo aqueles com menor qualificação técnica e escolaridade, ficando com menor espaço no mercado formal de trabalho.

Mesmo com essa perspectiva, a organização social promove uma reestruturação do espaço buscando, inclusive, alternativas para que estes segmentos, ora excluídos do alinhamento global de uma reprodução formal do capital, possam exercer uma atividade

remunerada ao tempo que consigam um modo de estar inseridos no universo do trabalho. As atividades informais aparecem então como essa alternativa, pois são através delas que grandes segmentos populacionais alcançam algum tipo de inclusão social, no caso do comércio, em muitas situações é através desse que as populações excluídas de um modelo padronizado conseguem ter necessidades básicas atendidas, como descreve Silva e Marques (2010, p. 1): “O comércio informal se consolida na medida em que se legitima como espaço de inclusão e sociabilidade, por ser um dos poucos lugares onde os segmentos sociais de baixíssima renda realizam seus desejos de consumo”.

O comércio informal em Feira de Santana representa parte significativa na organização do espaço urbano, originado com a feira livre. Reestrutura-se continuamente e mantém posição de destaque entre as atividades econômicas. Não há um limite preciso entre o formal e o informal, principalmente quando se trata de comércio de rua.

O processo de reestruturação produtiva também teve repercussão na cidade. O comércio informal, hoje, não representa mais o pequeno produtor que trás o catado de seu quintal para garantir um mínimo recurso financeiro, ou a venda de artigos que não se produziam na região. Hoje, o comércio informal realiza a ponte entre a mercadoria de escala global, garantida por uma localização estratégica e privilegiada através dos agentes envolvidos na sua realização e o consumidor numa escala local.

O comércio informal se estabelece com base na circulação de pessoas, consumidores em potencial, portanto a necessidade de ocupação dos espaços onde o movimento é maior. As áreas do centro, geralmente, representam esses espaços. Conforme Pintaudi (2007, p. 149) “O chamado comércio ambulante, por sua vez, é indicativo de trânsito intenso de pedestres, e, no centro de São Paulo, sua presença é marcante na paisagem”. Via de regra, a discussão dos conceitos economia informal e informalidade operam uma cisão entre legal e ilegal, formal e informal, cindindo a própria economia urbana em compartimentos relativamente estanques. (OLIVEIRA, 2010, p. 3)

3 | AMBULANTES E CAMELÔS

Para tratar do comércio informal estabelecido no centro da cidade de Feira de Santana, faz-se necessário definir quem são os principais participantes dessa dinâmica, especialmente por sua contribuição, tanto na produção do espaço quanto no funcionamento da economia, reflexo das contradições resultantes do desenvolvimento do capitalismo, na maioria das vezes de fora e que repercute na ação local. Como resultado mais próximo e imediato, percebe-se os contrapontos a partir da produção, consumo e reorganização do espaço urbano, especialmente das áreas centrais.

Salvitti et al (1999, p. 2) define camelô como “[...] um pequeno revendedor de mercadorias, ou até mesmo produtor das mesmas, faz parte do chamado setor informal, juntamente com os trabalhadores autônomos em geral, estando ou não submetidos ao controle legislativo.” Para Santos (2008, p. 219) pode-se definir camelô de forma mais detalhada: “[...] duas categorias de vendedores de rua: [...] os que tem seu local fixo na

calçada ou andam com suas mercadorias nas ruas do centro da cidade e aqueles que vão à procura de fregueses nos bairros.”

Souza (2013) define camelôs como “[...] indivíduos que tem um ponto, em que estrategicamente desenvolvem suas atividades, quer sejam entre as bancas ou nas ruas em panos espalhados pelo chão.” Para Montessoro (2006) os camelôs são aqueles que possuem um ponto estratégico para a realização de seu labor, ocupando tanto bancas nas ruas quanto camelódromos. Faz-se necessário destacar a discussão de Pintaudi (2007), pois não é possível homogeneizar a figura do trabalhador de rua, como se todos fossem iguais, uma vez que “diferenciam não só pela forma de propriedade das mercadorias e do ramo de comércio [...] como também pela ‘propriedade do ponto’, na rua em que se estabelecem, [...] deambulam, carregando nos braços os produtos que oferecem.”

Yázigi (2000) elaborou uma obra na qual trata especialmente o comércio de rua. Ele aponta de forma direta os elementos teóricos que tratam da questão classificando quem são, além de discutir conceitualmente comércio informal, economia informal e circuitos da economia. Também destaca os comerciantes de São Paulo, mas nos lembra que essa é uma realidade de todo o país anterior ao período republicano. Entre as páginas 187 e 217 detalha os marcos jurídicos do uso do espaço público, define quem são seus usuários comerciais, bem como, detalha a utilização desse espaço e a territorialidade que é estabelecida identificando a localização dos pontos de comércio. Para esse autor: “[...] por ambulante entende-se o vendedor ou prestador de serviços, aí se incluindo formas de comércio, lazer e publicidade comuns.” (p.189).

Essa discussão de Yázigi nos traz um relevante tema que precisa ser discutido, o autor trata de toda uma legislação nacional acerca do uso dos bens públicos e privados, o que inclui o espaço público. O que nos chama a atenção se refere ao fato de que tanto esse autor como vários outros fazem uma discussão acerca do uso dos bens e do espaço público. Analisando a legislação em nível nacional, não há uma regulamentação para ambulantes, camelôs e similares, toda a legislação é pontual e está restrita as Câmaras Municipais de Vereadores.

A legislação que regulamenta a atividade comercial, caracterizando e definindo o papel dos indivíduos que desenvolvem essas atividades, e no caso em estudo, do comércio informal, está sob a responsabilidade do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Este elaborou uma Classificação Brasileira de Ocupações, na qual descreve as ocupações, apresenta um histórico, define as características do trabalho bem como as áreas de atividade e as competências pessoais necessárias para a concretização de qualquer trabalho.

Ao realizarmos uma busca no site, a partir dos termos camelôs, ambulantes e vendedores de rua tivemos como resposta a classificação para vendedores ambulantes e vendedores em bancas, quiosques e barracas. De tal modo, tem-se a seguinte caracterização, como podemos citar: comerciantes, vendedores ambulantes de produtos alimentícios, verdureiros, entre outros, a lista detalha ocupações de A até V.

Com o crescimento acelerado do comércio informal por muitas cidades do país – desde as grandes metrópoles, como São Paulo e Rio de Janeiro – até cidades médias - como nosso

objeto de estudo - e a não-arrecadação de impostos nesse segmento que se alarga em grande proporção. O Governo Federal, através do Ministério da Fazenda, criou a Lei Geral da Micro e Pequena Empresa, através da Lei Complementar nº 123/2006, onde promove a criação da pessoa jurídica para os empreendedores informais. Dois anos depois, a Lei Complementar nº 128/2008 traz modificações, criando o Micro Empreendedor Individual (MEI), permitindo um registro jurídico aos ambulantes, camelôs, feirantes e demais que se encontram na informalidade. A intenção do governo com essa regulamentação é aumentar a arrecadação fiscal, pois o registro desses indivíduos acarretará significativo acréscimo à receita do país.

Em Feira de Santana, a Prefeitura Municipal através da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, procura, ao longo de sucessivas administrações, ordenar o uso do espaço público e destinar áreas específicas para que camelôs, ambulantes e outros possam desenvolver suas atividades. Na prática, tem-se o cumprimento do que é estabelecido pelos órgãos competentes no momento da organização, porém, com o passar do tempo, a falta de fiscalização e a elevação no número de pessoas comercializando nas ruas, os espaços outrora desocupados pelo poder público passam a abrigar novos trabalhadores que justificam falta de trabalho formal, desemprego, ausência de oportunidade em outros segmentos, necessidades familiares para ocupar os referidos espaços, entre outras justificativas.

A dinâmica da área central promove as condições necessárias para que ambulantes, camelôs e outros atuem. Pois, contam com uma série de estabelecimentos formais que atuam com muita força, principalmente no setor varejista, atraindo um número significativo de pessoas circulando, principalmente a pé, favorecendo o consumo dos produtos disponibilizados em ambos os segmentos.

O crescimento do comércio informal é facilmente percebido em Feira de Santana. A informalidade concentra os trabalhadores dispensados através da reestruturação produtiva e que necessitam sobreviver. A ausência de legalidade cria um ambiente de conflito com os comerciantes formais, na maioria, lojistas que arcam com todo tipo de carga tributária.

O desemprego é a principal causa para o fortalecimento desse segmento, mesmo com a autonomia promovida pelo comércio informal. A falta de carteira assinada para a garantia de direitos mínimos pesa no momento de avaliar os elementos positivos do comércio informal.

O cenário apresentado revela um espaço de contradições. Os trabalhadores informais necessitam obter meios para a sua sobrevivência individual e familiar. Ao mesmo tempo, os comerciantes formais – além de serem pesadamente cobrados através de encargos trabalhistas e impostos governamentais nos diversos níveis – veem sua clientela dividida entre suas lojas e os camelôs arrumados em frente aos seus estabelecimentos. Enquanto isso, o poder público demonstra grande lentidão para resolver a situação de conflitos e necessidades de todos os segmentos envolvidos, inclusive da clientela, que ao mesmo tempo consome os produtos do comércio informal e critica a falta de espaço para a circulação nas vias da cidade.

4 | O TRABALHO INFORMAL E AS AÇÕES DA PREFEITURA MUNICIPAL

O trabalho informal não é um fenômeno recente, associado a atual crise econômica que invade países ricos e pobres. Historicamente, a política neoliberal e o processo de reestruturação produtiva repercutem nos países, independente de terem adotado essa política. Segundo Durães (2013, p. 41)

Os principais resultados deste processo, vivenciado nos anos 1990 e 2000, são as altas taxas de desemprego, aumento da concentração de riqueza, aumento da desigualdade social e, principalmente, aumento da precarização do trabalho, do crescimento de atividades não regulamentadas e do trabalho informal, além da ocorrência de um fenômeno novo: a desestabilização dos trabalhadores tidos como estáveis.

A fragilidade que se instalou no mercado de trabalho, nesse período, teve repercussões por todo o mundo, e no Brasil não foi diferente. As políticas neoliberais adotadas pelo governo federal – que sempre esteve entrelaçado com órgãos internacionais como FMI e Banco Mundial – vão se consolidar promovendo desestabilização e estagnação independente de apresentarem especialização. Durães (2013, p. 49) ainda destaca: “[...] o aumento da informalidade como prática atenuante da falta de emprego, atendendo, dessa forma, ao excedente de força de trabalho que aqui é fruto da própria modernização do sistema capitalista”.

Nessa pesquisa realizamos uma amostragem com os camelôs e ambulantes presentes nas principais vias públicas do centro comercial. Temos as Ruas Sales Barbosa, Benjamin Constant e Marechal Deodoro, a Avenida Senhor dos Passos e as praças Nordeste e Presidente Médici. A pesquisa de campo revelou o comércio de rua é consequência desse enfraquecimento das relações formais de trabalho. Apesar de um número significativo informar que sempre atuaram como camelôs, percebe-se a variedade de atividades anteriormente exercidas por estes trabalhadores. O que ratifica a discussão de Durães, pois nesse processo de reestruturação produtiva os trabalhadores estão à mercê das políticas adotadas pelos governos que repercutem localmente e atingem, inclusive, segmentos extremamente frágeis na cadeia produtiva, como é o caso das ocupações apresentadas na tabela acima.

A Secretaria Municipal do Trabalho, Turismo e Desenvolvimento Econômico (SETTDEC) desde 2013 vem trabalhando num projeto de requalificação do centro comercial de Feira de Santana, denominado Pacto de Feira tem como objetivo “organizar os ambulantes que atualmente se aglomeram de forma autônoma e desordenada pela região”. (PMFS, 2015). Atualmente, 21 representações de classe, sindicatos, associações e órgãos governamentais encontram-se envolvidos nesse projeto. Segundo a Secretaria foi realizado um cadastro dos camelôs que atuam no centro comercial e existem aproximadamente 1.680 camelôs atuando nos principais logradouros.

Segundo o Secretário, os funcionários realizaram o cadastramento de todos os comerciantes presentes nas principais ruas do centro da cidade, com estes dados, elaboraram os gráficos que seguem (Gráfico 1). O que se pode concluir, a partir dos mesmos refere-se a variedade de itens que estão disponíveis nas ruas de Feira de Santana.

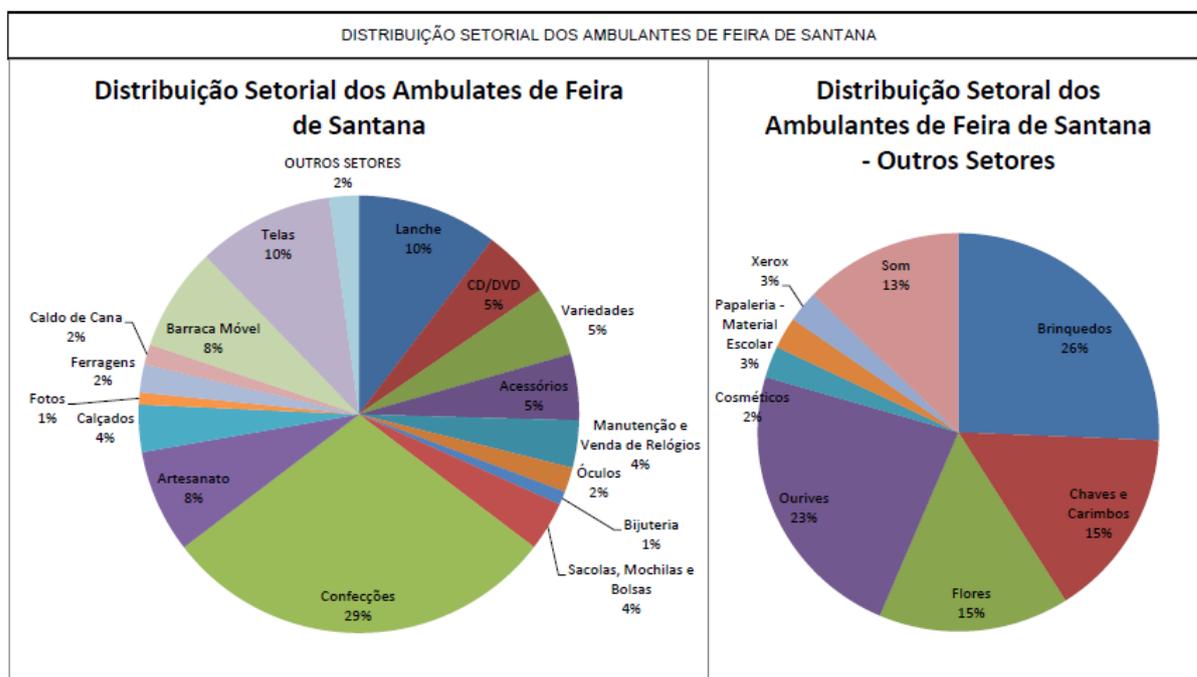


Gráfico 1 – Distribuição Setorial dos Ambulantes do Centro Comercial de Feira de Santana

Fonte: Secretaria Municipal do Trabalho, Turismo e Desenvolvimento Econômico

A proposta da Prefeitura Municipal de Feira de Santana (PMFS) é a criação de um centro comercial popular para a transferência destes comerciantes que atuam nas ruas. Neste espaço, tanto os comerciantes quanto os consumidores vão dispor de estrutura e segurança para a realização de suas atividades.

Ainda segundo o site da Prefeitura (PMFS, 2015) há um Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico com representantes da sociedade civil organizada e as representações de classe, citadas acima, envolvidas no Pacto de Feira. Definiram pela construção desse centro comercial popular, este será construído através de uma Parceria Público-Privada (PPP). O investidor particular que está à frente desse empreendimento é um empresário mineiro com histórico de implantação desse modelo de atividade em diversas cidades pelo Brasil.

A informação é que custará aproximadamente 30 milhões de reais e o município arcará com 25% dos recursos (logo, 7,5 milhões de reais), porém, numa reunião realizada entre o poder público, o empresário interessado em investir no shopping e os comerciantes foi informado que a PMFS investirá R\$ 13 milhões e a empresa ganhadora da licitação R\$ 40 milhões, o que coloca uma divergência nas informações, pois desse modo, a PMFS não entrará com 25% do investimento e sim com 32,5%, considerando o valor de 40 milhões de reais.

Dos 98 entrevistados, 34 trabalham com confecções, 14 calçados, 6 cd/dvd; acessórios (consideramos bolsas, cintos, relógios e bijuterias) são comercializados por 13 indivíduos, 10 com alimentos, 7 com eletroeletrônicos e 11 aparecem numa variedade de bonés, cintos, meias, cadernos, perfumes, sombrinhas e outros produtos. Neste logradouro há uma predominância do setor de confecções, o que marca a visão de quem circula pela primeira

vez é o fato de parecer existir um certo zoneamento, no início da rua, no seu espaço central, encontram-se os calçados, do lado direito eletroeletrônicos e do outro predominam capas de celular, em seguida a predominância é das confecções, e ao longo da rua é possível observar uma variação dos tipos de comércio, aparecem barracas de alimentos, acessórios, carros de mão apenas com meias ou pessoas com as mãos cheias de cintos, outros oferecendo cadernos escolares ou perfumes nitidamente falsificados.

Em relação ao tempo de trabalho, esse dado revela que existe uma população que vem há muito tempo sobrevivendo desta atividade, dividimos em faixas de intervalo de 5 anos e podemos observar que nos intervalos 11-15 anos e 16-20 anos são os que comportam o maior número de trabalhadores (Tabela 1). Entre os que estão na faixa 0-5 anos as conversas durante a pesquisa de campo revelaram que muitos são funcionários das barracas, o que nos dá a oportunidade de entender a existência de uma heterogeneidade neste tipo de atividade, pois ocupam o mesmo espaço, um grupo definido como camelô, porém com situações financeiras diversas, uma vez que há aqueles que conseguem realizar vendas suficientes para sua sobrevivência, as despesas do comércio e poder pagar um funcionário, ao mesmo tempo, existem comerciantes que não conseguem realizar vendas que permitam prover seu sustento e da sua família.

Tempo de trabalho (anos)	Nº de comerciantes
0 – 5	21
6 – 10	13
11 – 15	20
16 – 20	24
21 – 25	8
26 – 30	10
+ 31	2

Tabela 1 – Tempo de trabalho dos comerciantes da Rua Sales Barbosa – 2015

Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

Ainda sobre a tabela 1, a organização do espaço geográfico – e suas diversas escalas – permitem compreender a atual configuração do trabalho, uma vez que a inserção do Brasil na economia global impacta tanto na escala regional quanto local. A reestruturação produtiva tem como uma de suas bases a economia neoliberal e a atuação de agentes exógenos no território brasileiro. Detentores de uma estrutura técnico-científica-informacional bem mais avançada faz com que a mão-de-obra nacional torne-se cada vez mais dispensável. Assim, um número cada vez maior de postos de trabalho são extintos e proporcionalmente o número de pessoas sem ocupação formal.

Os anos 1990 são o marco nesse cenário, no Brasil, esse período apresenta elevação no desemprego e o Estado favoreceu a inserção de ações neoliberais com reflexos significativos sobre o mercado de trabalho, Pochmann escreve sobre esse panorama: “O Estado arcou com parte significativa do crescimento neoliberal, por meio da privatização do setor produtivo,

elevação da carga tributária sobre os mais pobres e o aumento do endividamento público sustentador do processo de financeirização da riqueza”. (2010, p. 57). Esse é o resultado da relação direta entre o meio técnico e o político, promovendo uma elevação do número de pessoas participando do comércio informal presente nas ruas.

No comércio da rua Sales Barbosa 70,4% os comerciantes aceitam apenas dinheiro; 27,5% além de dinheiro disponibilizam máquina de débito/crédito; e 2,1% ainda trabalham com nota promissória. O destaque nesse quesito refere-se ao uso da máquina de débito/crédito ser aceita predominantemente pelos comerciantes de confecções, estes apresentam uma melhor e maior organização de suas barracas; os que trabalham com calçados também apresentam boa estrutura em seus espaços, mas quando questionados paralelamente a aplicação dos formulários sobre o motivo de não utilizarem essa modalidade de pagamento, quase todos alegaram que negociando em espécie podem barganhar um preço melhor e na maioria das vezes conquistam os clientes que voltam para a compra de outras mercadorias.

5 | O QUE PENSAM SOBRE O CENTRO COMERCIAL POPULAR

Segundo a Secretaria de Trabalho, Turismo e Desenvolvimento Econômico vários estudos foram realizados na busca por uma solução para a desobstrução das ruas e avenidas do centro da cidade. Numa audiência pública realizada pela Prefeitura em 05 de março deste ano, o Secretário informou aos presentes sobre a realização desse estudo e o resultado alcançado foi a criação de um centro comercial popular para a relocação dos comerciantes que se encontram ocupando as vias públicas, porém não apresentou nenhum documento que comprovasse a realização desse estudo.

Nessa mesma reunião, representantes do corpo de bombeiros do município apresentaram fotografias e relataram sobre a dificuldade de acessibilidade, a falta de mobilidade e o risco de incêndio na Rua Sales Barbosa, consequência da desordem causada pelo número de barracas e a sua disposição ao longo da rua, o que justifica serem a favor da relocação de camelôs e ambulantes para o centro comercial.

Por ser uma parceria público-privada (PPP) o representante da empresa que pretende construir o centro comercial e explorar economicamente o espaço também estava presente. Segundo ele, a prefeitura concederá 30 anos de concessão para a exploração. Dividido em 3 pavimentos (subsolo, 1º e 2º andar) haverá 1.831 boxes organizados para as diversas atividades que hoje são realizadas nas ruas da cidade, numa gestão compartilhada entre PMFS, o sindicato que representa os camelôs da Rua Sales Barbosa e empresa.

Os comerciantes presentes demonstraram grande indignação ao projeto apresentado pela PMFS e a empresa. A primeira fala destacou o preço cobrado para a ocupação do espaço, cerca de R\$ 80,00 por metro quadrado, além da taxa de condomínio para promover limpeza, segurança e estacionamento. Destacaram a concorrência dos chineses, presentes no comércio da cidade, e que trabalham com preços impossíveis de serem superados pelos comerciantes locais.

Outros comerciantes questionaram o porquê não construir o camelódromo na própria

Sales Barbosa, pois é o desejo da maioria daqueles que trabalham nesse espaço. A justificativa da PMFS apoiou-se em três aspectos: não caberia todos os que hoje trabalham ali; em caso de incêndio a dificuldade de acesso é maior como demonstrou o representante do corpo de bombeiros; e a rua é do pedestre, do deficiente que não consegue andar. Segundo o Secretário há um estatuto do pedestre e este precisa ser respeitado.

Durante a pesquisa de campo, os comerciantes foram indagados sobre a transferência para o centro comercial popular e as respostas demonstram a insatisfação com o projeto da PMFS, dos 98 entrevistados todos apresentam descontentamento e preocupação com a mudança, uma vez que a rua é o lugar no qual encontram aquilo que mais precisam: o pedestre que é um consumidor em potencial.

Segundo os comerciantes o perfil de um cliente que busca uma mercadoria numa banca de rua é totalmente diferente daquele que vai a um shopping. Nos relatos, quem compra na rua é aquela pessoa que foi em busca de uma consulta médica, um serviço bancário ou outra atividade e ao passar vê a mercadoria exposta e lembra que precisa daquele objeto ou aproveita, por saber que vai passar naquela via e busca por um determinado serviço (geralmente pequenos consertos), diferente daquele que sai de casa no propósito de ir a um shopping consumir determinado produto ou serviço.

6 | CONCLUSÃO

Feira de Santana – por sua posição geográfica e apresentar um sistema rodoviário que colabora para a circulação de pessoas e mercadorias – compreende uma intensa atividade comercial associada a sua história de formação territorial. As mudanças nas relações de trabalho, em níveis globais e com repercussões locais, também colaboram para que um grande contingente a margem do emprego formal busque no comércio de rua uma alternativa para sua sobrevivência. A figura do comerciante que é definido como camelô ou ambulante se refere aquele trabalhador de rua que realiza suas atividades no espaço que para muitos é apenas de circulação.

A ideia de construção de um shopping popular para abrigar este tipo de atividade se fragiliza no momento em que se pensa no modelo de funcionamento, o comércio de rua atende um público transeunte que na maioria das vezes não planeja a compra e encontra oportunidade de barganhar um preço que lhe seja mais acessível.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Manuel Correia de. **Imperialismo e Fragmentação do Espaço**. São Paulo: Contexto, 1993. (Coleção Repensando a Geografia)

CORRÊA, Roberto Lobato, **Trajetórias Geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

DURÃES, Bruno J. R. **Camelôs Globais ou de Tecnologia: novos proletários da acumulação**. Salvador: EDUFBA, 2013.

MONTENEGRO, Marina R. **O Circuito Inferior da Economia Urbana na Cidade de São Paulo no**

Período da Globalização. Universidade de São Paulo. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Departamento de Geografia. São Paulo, 2006. Dissertação de Mestrado, 205 p.

MONTESSORO, Claudia Cristina L. **Centralidade Urbana e Comércio Informal:** Os Novos Espaços de Consumo no Centro de Anápolis – GO. Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências e Tecnologia. Presidente Prudente, 2006. Tese de Doutorado, 355 p.

OLIVEIRA, Edilson L. **Circuito Inferior da Economia Urbana e Mídia Impressa em Londrina/PR.** Anais do VI Encontro Nacional de Geógrafos. Porto Alegre, 2010. Disponível em www.agb.org.br. Acesso em 17 de janeiro de 2014.

PINTAUDI, Silvana M. A Cidade e as Formas do Comércio. In: CARLOS, A. F. A. (Org.) **Novos Caminhos da Geografia.** 5 ed.; São Paulo: Contexto, 2007. (Caminhos da Geografia).

PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIRA DE SANTANA. Centro de Comércio Popular: reuniões com camelôs serão setoriais. Disponível em: <<http://www.feiradesantana.ba.gov.br/noticias>>. Acesso em: 07 mar. 2015.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder.** São Paulo: Ática, 1993.

SALVITTI, Adriana; et al. O Trabalho do Camelô: Trajetória Profissional e Cotidiano. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho.** São Paulo: 1999, n. 2, v. 1, p. 1-23.

SANTOS, Célia Regina B. **Reorganização do Espaço Agrário e (Des)Territorialização das Relações Tradicionais:** o caso do projeto hidroagrícola platô de Neópolis (Da utopia do Estado, à realidade dos trabalhadores rurais). Universidade Federal de Sergipe. Núcleo de Pós-graduação em Geografia. Aracaju, 1996. Dissertação de Mestrado.

SANTOS, Milton. **O Espaço Dividido:** Os Dois Circuitos da Economia. São Paulo: EDUSP, 2008. 1 reimpressão.

SANTOS, Milton. **Por Uma Outra Globalização:** Do pensamento único à consciência universal. 13 ed., Rio de Janeiro: Record, 2006.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. Quando e como ocorre a transição de MEI para Microempresa. Disponível em: <<http://www.sebrae.com.br>>. Acesso em: 23 set. 2014.

SOUZA, Elizete C. **Organização Espacial e a Utilização do Espaço Público pelos Feirantes e Ambulantes da Rua Marechal Deodoro da Fonseca, Feira de Santana – BA.** Monografia de Conclusão de Curso, Departamento de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Estadual de Feira de Santana. 2013. 67 f.

TAVARES, Maria Augusta. **Os fios (in)visíveis da produção capitalista:** informalidade e precarização do trabalho. São Paulo: Cortez, 2004.

YÁGIZI, Eduardo. **O Mundo das Calçadas.** São Paulo: Humanitas/FFLCH6/USP; Imprensa Oficial do Estado, 2000.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Annales 71, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 86

Antropologia 29, 46, 61, 76, 77, 83, 85, 112, 119, 120, 124, 133, 134, 136, 137, 143, 153, 160, 163, 166, 196

Araweté 11, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153

C

Camelôs 13, 17, 18, 19, 20, 23, 24, 25

Cidadania 69, 100, 102, 103, 104, 110, 121, 127, 130, 184

Ciência 26, 27, 29, 30, 33, 34, 36, 37, 39, 40, 42, 43, 44, 46, 100, 113, 118, 154, 157, 158, 163, 165, 180

Complementaridades 26, 36, 150

Comunidade 1, 3, 5, 10, 45, 46, 47, 48, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 73, 74, 75, 101, 118, 125, 126, 130, 133, 210, 217

Conflitos 4, 19, 45, 47, 48, 51, 57, 59, 60, 61, 62, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 93, 113, 132, 154, 217

Conhecimentos 9, 1, 2, 10, 26, 29, 30, 48, 52, 53, 91, 123, 126, 131, 137, 163, 173, 210

Crônica 88, 89, 90, 98, 191

D

Deleuze 143, 145, 146, 147, 152

Democratização 100, 104

Desenvolvimento 3, 6, 9, 17, 29, 43, 45, 47, 49, 50, 51, 52, 54, 56, 65, 70, 92, 93, 105, 108, 109, 110, 114, 118, 123, 126, 127, 133, 171, 184, 191, 208, 214, 215, 217, 218, 219, 221, 223, 224

Diálogo 9, 26, 29, 30, 43, 62, 63, 64, 65, 67, 68, 69, 70, 71, 75, 95, 103, 108, 109, 113, 127

Dicotomias 26, 33, 38, 41

E

Economia Solidária 1, 5, 6, 8, 130

Educação 45, 106, 107, 109, 110, 111, 112, 113, 117, 118, 119, 120, 126, 127, 130, 131, 134, 175, 207, 212, 227

Elementos 1, 3, 7, 8, 14, 15, 18, 19, 34, 36, 37, 46, 57, 66, 74, 82, 91, 92, 101, 112, 115, 124, 130, 161, 165, 166, 170, 198, 216

Etnocentrismo 71, 80

Extensão universitária 1, 6, 7, 9

F

Feira de Santana 13, 16, 17, 19, 20, 21, 24, 25

H

Habilidades 61, 100, 101, 102, 103, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 210, 220

I

Identidade 58, 75, 86, 111, 119, 120, 150

M

Mediação 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 162

Memória 4, 35, 56, 72, 123, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 189, 191, 192, 193, 194, 195

Missão francesa 71, 79, 80, 81, 82, 87

Mulher 54, 167, 168, 169, 170, 173, 174, 175, 185, 191

N

Nação 71, 72, 73, 74, 75, 159, 164, 176, 184, 204

Nobreza 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98

O

Ossos Pélvicos 137

P

Pesquisa-ação 1, 2, 5, 104

Podcast 100, 104, 106, 110

Políticas públicas 56, 66, 121, 123, 126, 127, 128, 132, 133, 135

Povos indígenas 47, 57, 111, 112, 118, 148

Q

Quilombola 118, 119, 121, 124, 125, 126, 130, 131, 132, 133, 134

R

Região 5, 17, 20, 45, 46, 47, 49, 50, 54, 56, 57, 78, 82, 98, 130, 132, 136, 195

Rei 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 160, 162

S

Sexo 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 168, 185, 186

Sistemas complexos 26, 27, 37, 40, 42, 114

T

Terra 47, 48, 50, 51, 52, 55, 66, 80, 81, 97, 122, 123, 124, 125, 127, 132, 134, 147, 148, 149, 179, 180, 181, 183

Territorialidades 13, 14, 15, 56, 57

Trabalho 9, 12, 1, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 13, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 22, 24, 25, 26, 47, 48, 50, 53, 54, 57, 61, 62, 66, 82, 83, 91, 102, 108, 119, 121, 123, 124, 125, 132, 134, 144, 167, 169, 170, 171, 172, 176, 177, 178, 179, 180, 182, 184, 185, 186, 191, 192, 193, 201, 205, 208, 210, 216, 219, 221, 224

U

USP 25, 44, 57, 71, 75, 79, 80, 81, 82, 84, 85, 86, 153

V

Viabilidade 8, 59, 63, 66, 70

Vídeo 100, 104, 106, 107, 108, 109

Violência 51, 117, 123, 167, 168, 169, 167, 170, 171, 173, 174, 175, 184, 185

Viveiros de Castro 143, 144, 147, 148, 150, 151

 **Atena**
Publisher
2 0 2 0